

Senado aprova relatório de Corrêa sobre o Lago Paranoá

De Edson Lobão / Paranoá

Edna Dantas

O relatório conclusivo do senador Maurício Corrêa (PDT-DF), sobre as denúncias de irregularidades no projeto de despoluição do Lago Paranoá foi aprovado ontem pela Subcomissão da Comissão do DF no Senado. Baseado nas denúncias publicadas pelo *Jornal de Brasília* e nos estudos do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TJDF), o relatório concluiu que houve malversação de recursos públicos, recomendando que a Subcomissão, através da Comissão do DF, submeta ao Plenário do Senado um projeto de resolução revogando a Concorrência Pública 001/87 realizada para contratação das empresas responsáveis pelas obras de despoluição.

A reunião da Subcomissão, convocada em regime de urgência devido ao encerramento do ano legislativo, começou com uma alteração na sua composição. O senador Chagas Rodrigues (PMDB/PI), encaminhou, na véspera da reunião, um requerimento pedindo seu afastamento, alegando problemas de Saúde. Durante toda a noite o senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF), que é o presidente da Subcomissão, procurou encontrar um substituto que se enquadrasse dentro das exigências regimentais, ou seja, deveria ser um senador do mesmo partido — PMDB — e membro da Comissão do DF. O nome indicado, então, foi o do senador Mansueto de Lavor (PMDB/PE) que se dispôs a cancelar uma viagem para participar da votação.

A substituição só foi confirmada minutos antes da reunião final da Subcomissão, pelo presidente da Comissão do DF, senador Meira Filho (PMDB-DF) que com base no regimento interno do Senado Federal deu um despacho favorável ao nome de Mansueto de Lavor.

Os votos

A aprovação do relatório não foi fácil. Antes de entrar no processo de votação o senador Edison Lobão (PFL/PI) levantou uma questão de ordem argumentando que a indicação de Mansueto para a subcomissão era irregular, assim como, a própria subcomissão. Os argumentos do senador pelefista foram afastados por Pompeu de Sousa que contra-argumentou com base no regimento.

Iniciado o processo de votação o primeiro a votar foi Edison Lobão

que inicialmente elogiou o trabalho de investigação pela Subcomissão e, principalmente, pelo senador Maurício Corrêa. Alguns documentos o senador refutou as conclusões do relatório, alegando que elas só poderiam ser confirmadas num prazo maior de investigação. Com relação a parte financeira Lobão afirmou que o parâmetro feito em dólar, cuja diferença de novembro de 85 a junho deste ano, chegou a US\$ 70 milhões, não poderia existir. Ele votou contrário ao relatório, concluindo que "a realização desta obra é inadiável".

Se abstendo de qualquer comentário, o senador Saldanha Derzi (PMDB/MS) votou contrário ao relatório. Já o substituto de Chagas Rodrigues, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ferrovia Norte-Sul, Mansueto de Lavor, lembrou que a Subcomissão não estava discutindo a validade ou não da despoluição do Lago. "O que se quer é que a obra se realize dentro do interesse público, deixando de lado interesses de grupos, como os das empreiteiras", justificou Mansueto, votando favorável ao relatório.

O empate

A decisão de desempate foi de Pompeu de Sousa que "em defesa da própria despoluição, em defesa da ecologia", votou favorável ao relatório de Corrêa, enfatizando que ficou impressionado com a parte técnica do projeto. Segundo ele o próprio projetista da obra, o sul-africano James Barnard, impôs uma série de restrições para que o projeto funcione, inclusive, delimitando a população máxima para evitar o colapso do projeto, que é de 750 mil habitantes, quando já há uma previsão de 1,8 milhão para os próximos dez anos.

Não satisfeito com o resultado que aprovou o relatório o senador Edison Lobão encaminhou um requerimento à Comissão do DF, pedindo a anulação da votação e também o cancelamento da Subcomissão.

A próxima etapa do relatório o referendo dado pela Comissão do DF, e que poderá ser feito já durante esta semana, caso seja confirmado a convocação extraordinária do Congresso. Depois de aprovado pela Comissão o projeto de Resolução será encaminhado ao Plenário do Senado para votação. O projeto prevê a revogação da Concorrência para despoluição do Lago Paranoá, desenvolvida pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília.

Josemar Gonçalves



Corrêa provou no relatório, de 67 páginas, que houve fraude